



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

CNPJ nº 02.380.162/0001-28



seriam instaladas as praças de pedágio nunca foi efetivamente medido o tráfego e, para nossa surpresa, utilizou-se dos dados do Sistema de Análise de Tráfego - "SAT" implantado em junho de 2017 e da Praça de Pedágio de Pirangi - as duas fontes de dados estão em local diferente da localização das praças de pedágio suprimidas e o "SAT" foi implantado somente em 2017; as perdas pela não implantação das praças de pedágio iniciaram no ano de 1998. A partir dos dados do "SAT" (informação somente da quantidade de veículos leves e pesados, sem sequer haver a informação neste sistema da quantidade de eixos necessários para apuração exata da receita), fez a sua mais nova estimativa do tráfego para o período de 20 anos para com base nesta estimativa tentar recalculá-la, pela segunda vez, o desequilíbrio provocado pela supressão das praças de pedágio de Botafogo e Palmares Paulista. Para o efeito da perda de receitas oriundo da eliminação das praças de pedágio a ARTESP já apresentou 3 metodologias, todas com dados estimados para tentar apurar o "tráfego real" e da mesma forma tentar sustentar o que foi preferido no acórdão. Importante ressaltar que a própria ARTESP já afirmou não ser possível calcular o desequilíbrio real das praças que nunca existiram, por não haver contagem efetiva durante os 20 anos do contrato. A TEBE, pela segunda vez, manifestou-se nos autos do processo de recálculo do TAM 11/06 apontando novamente as impropriedades da "DCE" e agora da "DOP", de maneira que mais uma vez contrariou o acórdão preferido. Diante da impossibilidade de calcular o desequilíbrio das praças de pedágio suprimidas com os dados reais de tráfego, a Administração da TEBE fez os cálculos dos demais fatores, seguindo o consignado no acórdão, demonstrando para a ARTESP que o gasto necessário para o reequilíbrio do contrato chega-se novamente no prazo de extensão da concessão que foi apurado no Termo Aditivo e Modificativo - TAM 11/06, ou seja, para recompor as perdas motivadas por decisões do Poder Concedente e alterações legais, as duas formas de cálculo (proposta e real) retornam com o prazo de 7 anos de extensão da concessão. Em 03 de fevereiro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a Companhia, decisão favorável, concedendo tutela provisória pelo recurso especial interposto em 06 de novembro de 2019, objetivando o efeito suspensivo ao agravo em recurso especial - "TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1.458.523 - SP (2019/0055525-8)".

14. Patrimônio líquido: a) Capital social - O Capital Social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 34.100 (R\$ 33.300 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 22.734.470 ações preferenciais (22.201.110 ações em 31 de dezembro de 2021) e 11.365.530 ações ordinárias (11.098.890 ações em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas e sem valor nominal. O aumento do capital social foi aprovado pelos Acionistas por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2022. **b) Reserva legal** - É constituída de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (artigo 193), sendo calculada a razão de 5% do lucro líquido do exercício, anteriormente a qualquer destinação, limitada a até o montante de 20% do capital social. A reserva legal foi calculada conforme segue:

Descrição	2022	2021
Lucro líquido do exercício (base de cálculo)	31.106	22.519
5% do lucro líquido ajustado - Reserva legal (*)	160	80
Descrição	2022	2021
Capital social	34.100	33.300
Limite de constituição da Reserva de Legal (20%)	6.820	6.660
Reserva Legal em 31 de dezembro de 2021	6.660	6.580
5% do lucro líquido exercício - Reserva Legal	1.555	1.126
Ajuste ao limite obrigatório da Reserva Legal	(1.395)	(1.046)
Reserva Legal em 31 de dezembro de 2022	6.820	6.660

(*) O saldo da reserva legal, no exercício de 2022, atingiu o limite de 20% do Capital Social. **c) Dividendos propostos** - Nas Assembleias Gerais Extraordinárias: AGE de 29 de abril de 2022, de 02 de junho de 2022, de 07 de julho de 2022, de 08 de agosto de 2022, de onze de outubro de 2022 e onze de novembro de 2022, os acionistas controladores optaram por pagar R\$ 24.022 de dividendos, nos quais foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **d) Reserva de lucros** - A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua

destinação deliberada pelos acionistas controladores. **e) Reserva de estatutária** - Conforme AGE de 16 de setembro de 2022, foi deliberada a exclusão da conta "Reserva Estatutária", o pagamento do saldo total desta conta aos acionistas, bem como a eliminação do Artigo do Estatuto Social que obrigava a sua constituição

15. Receita operacional líquida: Descrição	2022	2021
Pedágio em numeração	34.472	28.554
Pedágio por equipamentos eletrônicos	72.694	60.861
Pedágio em cupons	708	659
Receitas acessórias (a)	3.041	2.758
Deduções	(9.819)	(8.168)
	101.096	84.664

(a) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

16. Outras receitas operacionais: Descrição	2022	2021
Venda de Bens do Ativo Intangível	546	111
Venda de Sucata	136	46
Reembolso de Sinistro por Seguradora	545	174
Custo de venda Bens do Ativos Intangível	(8)	(2)
	1.219	329

17. Gastos por natureza:	2022		2021	
Descrição	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais
Pessoal	(15.073)	(6.847)	(13.770)	(6.267)
Serviços de terceiros	(9.617)	(1.137)	(7.662)	(1.041)
Materiais/equipamentos/veículos	(5.208)	(490)	(4.275)	(430)
Poder concedente (a)	(1.661)	-	(1.388)	-
Depreciação e amortização (b)	(11.953)	(412)	(12.187)	(352)
Provisão para contingências	-	(509)	-	(182)
Outros	(1.787)	(1.362)	(1.278)	(1.315)
	(45.299)	(10.757)	(40.560)	(9.587)

(a) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual; (b) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de maneira que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

18. Resultado financeiro: Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.045	469
Descontos obtidos	13	22
Juros ativos	94	29
	2.152	520
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1)
Despesas bancárias	(50)	(40)
Tributos (a)	(100)	(25)
Juros passivos	(521)	(597)
	(671)	(663)
Resultado financeiro líquido	1.481	(143)

(a) Os tributos referem-se à PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e IOF sobre financiamento. **19. Cobertura de seguros**: A Companhia adota a política de contratar cobertura

de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

Descrição	Tipo de seguro	2022
Riscos operacionais	Riscos operacionais	25.184
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	6.733
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	21.000
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	75.841
		128.758

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia. **20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão** - A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). **Compromissos relativos às concessões** - Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia, até 31 de dezembro de 2022 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

21. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral: A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco** - A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: **Gestão de risco de capital** - A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro. Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado** - Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue: • **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a

taxas de juros pós-fixadas; • **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias; • **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.601	1.015
Aplicações financeiras	23.271	9.949
Contas a receber	6.077	4.817

Passivos	2022	2021
Fornecedores	1.533	1.448
Credores pela concessão	173	124

a) Exposição a riscos cambiais - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **b) Exposição a riscos de taxas de juros** - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo de passivo sujeitos a riscos normais de mercado. **c) Risco de crédito** - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber":

Descrição	2022	2021
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.	4.092	3.320
Move - Meios de Pagamento Ltda.	187	322
ALELO - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	623	444
CBMP S.A.	199	130
Connectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	390	272
Greenpass	328	50
Outras contas a receber	258	279
	6.077	4.817

d) Risco de liquidez - A Companhia possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **22. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária** - Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

ANTÔNIO CARLOS CHINELATO - Diretor Presidente

HENRIQUE BORGES DA CUNHA - Diretor de Obras e Engenharia

FERNANDO ROMERO DE GIOVANNI - Gestor de Controladoria - Contador CRC nº 1SP176810/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** - Bebedouro - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14, no tocante ao processo de nulidade do Termo Aditivo e Modificativo (TAM) nº 11 de 21 de dezembro de 2006, que

estende o prazo de concessão por mais sete anos. Por meio da Portaria nº 25 de 03 maio de 2018, a Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), iniciou os procedimentos de devolução da concessão ao poder cedente. Em decorrência da referida portaria, a Companhia, por meio dos seus Assessores Jurídicos, logrou êxito com medida liminar com efeito suspensivo da devolução da concessão e em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia obteve decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça, por meio da tutela provisória pelo recurso especial interposto em 06 de novembro de 2019. Os Advogados da Companhia esperam obter êxito em decisões futuras de manter as atividades operacionais da Companhia pelo período inicialmente previsto no TAM nº 11/2006. As demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a

eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

Ribeirão Preto, 17 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1

Marcos Vinícius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP-262247/0-8